

# ***Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercícios Findos em  
31 de Dezembro de 2009 e de 2008 e  
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.  
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de janeiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2

## Relatório da Administração 2009

Senhores Acionistas,

A administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

## Mensagem da Administração

A Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, comemorou durante o ano de 2009 seu décimo primeiro aniversário e sente-se orgulhosa de sua trajetória de sucesso em meio aos grandes desafios e conquistas desde o início de suas atividades em 29 de maio de 1998. Resultado atingido através do planejamento e foco constante na eficiência de sua gestão operacional. A concessão do trecho de 176,8 quilômetros, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, investimentos, como a construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação de rodovias e implantação de marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Conscientes da vocação do grupo para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a Ecovias dos Imigrantes, firma o seu compromisso na melhoria contínua prestação de seus serviços, de modo qualificado e sustentável, com o objetivo de uma empresa modelo do setor de rodovias.

Por mais este ano, a Ecovias dos Imigrantes só tem a agradecer aos seus acionistas, colaboradores, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros, pela confiança, apoio e por contribuírem com esta história de sucesso.

## Principais resultados econômicos-financeiros

### **Receita**

A receita bruta registrou aumento anual de 8,8% em relação a 2008, totalizando R\$599,2 milhões, sendo que a receita de pedágio, responsável por 94,8% da receita da concessionária, cresceu 9,0%. As demais receitas são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio da concessão.

A receita líquida apresentou crescimento de 8,8% em relação ao ano anterior, atingindo R\$577,0 milhões.

### **Tráfego**

O tráfego consolidado, tanto em número de veículos pagantes quanto em número de eixos equivalentes pagantes, apresentou crescimento de 3,0% e 1,0%, respectivamente. Neste ano, a Ecovias dos Imigrantes superou os 33 milhões de veículos no Sistema Anchieta-Imigrantes, número correspondente a 49,5 milhões de eixos equivalentes.

O tráfego de veículos comerciais correspondeu a 43,3% do tráfego total em eixos equivalentes.

### **Custos Operacionais e Despesas Administrativas**

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas tiveram um aumento de 14,9% em relação ao ano de 2008, passando de R\$217,4 milhões em 2008 para R\$249,7 milhões em 2009. Os itens de Conservação e Manutenção e pessoal apresentaram queda, enquanto a Depreciação/Amortização e outros custos apresentaram aumento em relação ao ano anterior.

### **EBITDA**

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação) no ano de 2009 atingiu R\$433,0 milhões, 8,2% superior ao ano de 2008. A margem EBITDA resultou em 75,0%.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido do ano de 2009 foi 52,4% inferior em relação ao ano de 2008, atingindo o valor negativo (despesa) de R\$46,7 milhões devido, principalmente à queda no IGP-M – Índice Geral de Preços ao Mercado, onde registramos um ganho de variação monetária e queda de aproximadamente 5% nas despesas com juros passivos.

### **Lucro Líquido**

O lucro líquido anual apresentou aumento de 29,4%, passando de R\$148,5 milhões em 2008 para R\$192,2 milhões em 2009.

### **Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta da Ecovias dos Imigrantes somou R\$517,4 milhões, com queda de 1,2 % quando comparado com o mesmo período do exercício de 2008. Em termos de dívida líquida, a diminuição de 0,5%, com R\$504,7 milhões, a queda na dívida líquida da Companhia decorre do aumento registrado nas disponibilidades da empresa, onde registramos um aumento de 41,3% quando comarado com o exercício anterior e também ao pagamentos de juros das debêntures. Em 2009, a Companhia captou novos empréstimos que totalizara R\$1.214 para aquisição de equipamentos operacionais. Todos os financiamentos são em moeda local (R\$).

A principal dívida da concessionária é a emissão de R\$450,0 milhões em debêntures realizada em dezembro de 2006.

### **Investimentos**

Os investimentos realizados na Ecovias dos Imigrantes ao longo do ano de 2009 foram inferiores em 46,9% em relação ao ano de 2008. O investimento total em 2009 foi de R\$98,4 milhões.

### **Dividendos**

No ano de 2009, foram distribuídos R\$140,6 milhões.

## Governança Corporativa

A Ecovias dos Imigrantes está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa da Primav EcoRodovias, pauta suas ações com base na ética, na transparência, na responsabilidade, no respeito e no tratamento equânime com todos os seus *stakeholders*. A Companhia busca consolidar os princípios do compartilhamento de controle, valores e ideais em suas Unidades de Negócio e disseminar os conceitos e as práticas da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, essenciais para o sucesso do negócio.

A gestão corporativa está alicerçada em dois órgãos: Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Pela própria natureza de suas atividades – prestação de serviços públicos, a empresa tem como premissa o investimento constante em ações que gerem valor para todos os públicos com os quais se relaciona e promovam o desenvolvimento do País.

Dentro da gestão da concessionária e do grupo destaca-se o modelo de controle de custos e gestão por processos praticadas, além das políticas de qualidade e adoção de indicadores como o BSC – Balanced Scorecard e EVA®.

## Gestão de Pessoas

Em 2009, o Grupo EcoRodovias novamente foi reconhecido entre as melhores empresas do Brasil em gestão de pessoas. Resultado da pesquisa realizada pelo jornal Valor Econômico/Hay Group e pela classificação entre as 100 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional 2009.

Neste ano, também, o Grupo EcoRodovias festeve presente entre as 150 melhores empresas em práticas de gestão de pessoas, pelo Guia Você S.A. e Revista Exame entre as 150 melhores empresas para se trabalhar, Prêmio Top of Mind, os RHs mais admirados do Brasil e entre as 50 melhores empresas psicologicamente saudáveis.

O setor de Recursos Humanos promove ações com objetivo de bons benefícios, que enfatizam o bem estar dos colaboradores, como os programas Qualidade de Vida e o Saúde Ativa. Destacam-se ainda o Programa de Formação de Líderes para o desenvolvimento de competências dos colaboradores e o PPAECO – Programa Padrão de Atendimento EcoRodovias, que visa disseminar as informações e o conhecimento do Grupo aos colaboradores para que o atendimento aos usuários seja cada vez melhor.

### **Responsabilidade Socioambiental**

A política socioambiental da EcoRodovias, que se estende à Ecovias dos Imigrantes, determina as tomadas de decisão com vistas ao crescimento sustentável. Para tanto, diretrizes foram desenvolvidas em âmbito interno e externo e com o apoio dos comitês de responsabilidade social existentes em cada uma das concessionárias de rodovias, aonde são levantadas e solucionadas pendências para se atingir um crescente nível de eficiência socioambiental.

A Ecovias dos Imigrantes orgulha-se de ser a primeira concessionária de rodovias no mundo certificada pela norma de gestão ambiental ISO 14001, além de possuir a ISO 9001 de qualidade.

O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental, voltado à educação ambiental de crianças e jovens inclui palestras para professores das escolas, instruindo os participantes em como trabalhar a questão do lixo em sala de aula e eventos que incluem a teoria dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar).

Além do Ecoviver, a Ecovias dos Imigrantes possui outros programas de responsabilidade socioambiental, tais como: Papai Noel Existe - campanha de doação de brinquedos à crianças carentes; Usina de Asfalto Ecológico - produção de asfalto borracha que reutiliza pneus velhos que seriam descartados e causariam prejuízo ao meio ambiente. Em 2009, foram produzidas 69,5 toneladas de asfalto borracha, 60% a mais do que no ano anterior; programas de Redução de Acidentes, de Saúde dos Usuários e Coleta Seletiva de lixo e incentivos ao esporte, como o projeto Virando o Jogo e o Festival de Surf Ecovias, realizado no município de Santos (SP).

## Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade à determinação da Instrução CVM nº 381/03, sobre a necessidade de divulgação de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor que não seja auditoria externa, informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não contratamos os nossos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu para trabalhos diversos daqueles relacionados com os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

*As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.*

### **Conselho de Administração:**

Marcelino Rafart de Seras - Presidente

Federico Botto

Marcello Guidotti

Roberto Koiti Nakagome

### **Composição da Diretoria:**

Federico Botto – Diretor Presidente

Humberto de Souza Gomes – Diretor Superintendente e Relações com Investidores

### **Contadora**

Ana Silvia de Almeida

São Paulo, 26 de janeiro de 2010.



CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2009	2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2009	2008
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.708	21.152	Fornecedores		13.400	16.603
Títulos e valores mobiliários	5	30.070	9.128	Empréstimos e financiamentos	12	471	421
Clientes	6	32.978	27.874	Debêntures	13	122.894	16.516
Despesas antecipadas	7	1.905	1.745	Impostos, taxas e contribuições a recolher	11	6.897	7.189
Outros créditos		<u>2.200</u>	<u>924</u>	Obrigações sociais		3.250	3.245
Total do ativo circulante		<u>79.861</u>	<u>60.823</u>	Empresas ligadas	14	5.415	14.417
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Credor pela concessão	15	13.600	13.314
Realizável a longo prazo:				Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	16	349	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	3.846	3.902	Provisão para imposto de renda e contribuição social		9.612	7.862
Empresas ligadas	14	-	17	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		42.556	19.744
Depósitos judiciais		311	264	Outras contas a pagar		<u>9.548</u>	<u>5.907</u>
Imobilizado	8	947.516	952.937	Total do passivo circulante		<u>227.992</u>	<u>105.218</u>
Intangível	9	<u>19.143</u>	<u>21.644</u>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Total do ativo não circulante		<u>970.816</u>	<u>978.764</u>	Empréstimos e financiamentos	12	857	105
				Debêntures	13	393.198	506.379
				Credor pela concessão	15	59.681	66.307
				Empresas ligadas	14	-	113
				Adiantamentos de clientes		4.345	4.883
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	4.519	5.760
				Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	16	570	-
				Provisão para contingências	17	<u>11.792</u>	<u>12.711</u>
				Total do passivo não circulante		<u>474.962</u>	<u>596.258</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social:			
				Subscrito	18.a	314.052	314.052
				A integralizar	18.a	(11.505)	(11.505)
				Reserva de lucros - legal		<u>45.176</u>	<u>35.564</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>347.723</u>	<u>338.111</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>1.050.677</u>	<u>1.039.587</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>1.050.677</u>	<u>1.039.587</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Receita com arrecadação de pedágio	20	567.909	521.247
Receitas acessórias	20	<u>31.352</u>	<u>29.732</u>
		599.261	550.979
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos sobre arrecadação e receitas acessórias		(22.188)	(20.486)
RECEITA LÍQUIDA		<u>577.073</u>	<u>530.493</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(203.314)	(167.068)
LUCRO BRUTO		<u>373.759</u>	<u>363.425</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	21	(46.429)	(50.285)
Outras receitas, líquidas		<u>192</u>	<u>452</u>
		(46.237)	(49.833)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>327.522</u>	<u>313.592</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	9.111	5.279
Despesas financeiras	22	<u>(55.864)</u>	<u>(103.428)</u>
		(46.753)	(98.149)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>280.769</u>	<u>215.443</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	10.b	(89.710)	(65.504)
Diferidos	10.b	<u>1.186</u>	<u>(1.428)</u>
		(88.524)	(66.932)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>192.245</u>	<u>148.511</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)		<u>262.452</u>	<u>262.452</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$		<u>0,73</u>	<u>0,57</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de reavaliação	Reserva de lucros - legal	Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		314.052	(11.505)	97.112	27.670	-	427.329
Ajustes de exercícios anteriores - aplicação da Lei nº 11.638/07	2	-	-	(97.112)	-	9.364	(87.748)
SALDOS DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2008		314.052	(11.505)	-	27.670	9.364	339.581
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	148.511	148.511
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	-	7.894	(7.894)	-
Dividendos de exercícios anteriores (R\$0,04 por ação)		-	-	-	-	(9.364)	(9.364)
Dividendos intermediários (R\$0,39 por ação)		-	-	-	-	(101.931)	(101.931)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,07 por ação)		-	-	-	-	(18.942)	(18.942)
Dividendos propostos (R\$0,08 por ação)		-	-	-	-	(19.744)	(19.744)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		314.052	(11.505)	-	35.564	-	338.111
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	192.245	192.245
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	-	9.612	(9.612)	-
Dividendos intermediários (R\$0,46 por ação)	18.d	-	-	-	-	(120.854)	(120.854)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,08 por ação)	18.d	-	-	-	-	(20.688)	(20.688)
Dividendos propostos (R\$0,16 por ação)	18.d	-	-	-	-	(41.091)	(41.091)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		314.052	(11.505)	-	45.176	-	347.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	280.769	215.443
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	105.709	87.172
Baixa do ativo imobilizado	376	145
Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários	(1.362)	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	43.179	85.043
Variação monetária sobre direito de outorga	4.254	13.498
Constituição de provisão para contingências e atualização monetária	4.112	4.038
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(5.104)	(5.349)
Impostos a recuperar	-	5.726
Despesas antecipadas	(160)	179
Outros créditos e depósitos judiciais	(1.323)	(54)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(3.203)	7.017
Credor pela concessão	(10.594)	(10.835)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(292)	781
Obrigações sociais	5	151
Empresas ligadas	(9.115)	13.831
Pagamento de contingências, líquido dos depósitos judiciais	(4.733)	752
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	919	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(55)	(1.932)
Outras contas a pagar e adiantamentos de clientes	3.103	1.119
Juros pagos	(50.207)	(59.653)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(87.960)	(59.668)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>268.318</u>	<u>297.404</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(98.316)	(185.021)
Aquisição de intangível	(122)	(50)
Recebimento pela venda de imobilizado	275	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(98.163)</u>	<u>(185.071)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Títulos e valores mobiliários	(19.580)	1.597
Captação de empréstimos e financiamentos	1.214	-
Pagamento de empréstimos	(412)	(554)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(159.821)	(134.802)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(178.599)	(133.759)
<b>REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(8.444)</u>	<u>(21.426)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.152	42.578
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>12.708</u>	<u>21.152</u>
	<u>(8.444)</u>	<u>(21.426)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	567.909	521.247
Outras receitas	31.544	30.184
	<u>599.453</u>	<u>551.431</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo dos serviços prestados	(74.616)	(63.875)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(41.479)	(45.132)
	<u>(116.095)</u>	<u>(109.007)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>483.358</u>	<u>442.424</u>
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(105.709)	(87.172)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>377.649</u>	<u>355.252</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	9.111	5.279
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>386.760</u>	<u>360.531</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>386.760</u>	<u>360.531</u>
Pessoal	<u>22.698</u>	<u>24.315</u>
Remuneração direta	14.169	15.396
Benefícios	7.327	7.219
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.202	1.700
Impostos, taxas e contribuições	<u>114.049</u>	<u>92.113</u>
Federais	113.711	91.695
Estaduais	24	16
Municipais	314	402
Remuneração de capitais de terceiros	<u>57.768</u>	<u>95.592</u>
Juros	54.220	90.906
Aluguéis	3.548	4.686
Remuneração de capitais próprios	<u>192.245</u>	<u>148.511</u>
Juros sobre o capital próprio	20.688	18.942
Dividendos	161.945	121.675
Lucro do exercício retido	9.612	7.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Conforme definido em contrato, no caso da extinção da concessão haverá a imediata assunção dos serviços de Poder Concedente, a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis. Não são previstas indenizações ao término da concessão.

Nos casos de encampação, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessárias à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, mediante a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços pertinentes à concessão, além da remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na proposta da concessionária, através da margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão. Considerando que a Administração não julga provável a rescisão antecipada, não foi apurado o eventual valor de ressarcimento.

Em 21 de dezembro de 2007, através do termo aditivo e modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses (prazo final da concessão em 26 de março de 2024), em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41 e o km 58 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescidos de atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV (vide nota explicativa nº 15).
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Em 31 de dezembro de 2009, os investimentos para atender aos compromissos futuros estão estimados em R\$521.127 (R\$595.275 em 31 de dezembro de 2008).

Em 26 de agosto de 2009, a controladora indireta Primav EcoRodovias S.A. (“Primav”) transferiu o seu investimento na Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

#### Insuficiência de capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui deficiência de capital circulante líquido de R\$148.131, substancialmente composta por empréstimos, financiamentos e debêntures captadas para o financiamento das operações, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 13. A Administração, com base nas linhas de crédito disponíveis na Companhia e na controladora e nos fluxos de caixa projetados das operações, não antecipa problemas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1º de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Companhia exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes das mudanças nas práticas contábeis contra lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008.

Os ajustes gerados pela adoção das normas e dos pronunciamentos contábeis são os seguintes:

	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo anterior à aplicação da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	427.329
Efeitos da Lei nº 11.638/07:	
Estorno da reserva de reavaliação, líquido dos impostos diferidos	(97.112)
Ajuste a valor presente dos saldos do direito para outorga e credor pela concessão, líquidos dos impostos diferidos	<u>9.364</u>
Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2008	<u>339.581</u>

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio e os correspondentes ônus de 3% são reconhecidos quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.



- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas no resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativo circulante

- Instrumentos financeiros (inclui caixa e equivalentes de caixa)

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado se mantidos para negociação ou designados pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do exercício.

- Títulos e valores mobiliários

Embora tenham liquidez imediata, as aplicações foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures, e estão registrados ao valor justo.

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica “Custo dos serviços prestados”, na demonstração do resultado. As melhorias são registradas ao imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8. Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento.

- Intangível

Sistemas

Registrado ao custo de aquisição, sendo composto substancialmente por sistemas de processamento de dados. A amortização é registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

Ônus da concessão

Refere-se a ônus proveniente do direito de concessão do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 30 anos.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A

reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, mas é limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para contingências estão descritos na nota explicativa nº 17.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões, cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos de serviços.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

e) Juros sobre o capital próprio

Calculados de acordo com a legislação vigente, observando-se o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado e demonstrada como distribuição de dividendos. Para fins fiscais, tratados como despesas financeiras, reduzindo, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios.

f) Lucro líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

g) Ajuste a valor presente

Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 31 de dezembro de 2009 (vide notas explicativas nº 15 e nº 16).

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa geral	12	5
Bancos conta movimento	3.790	7.519
Numerário em trânsito (a)	4.352	3.661
Fundo de troca	1.815	2.376
Aplicações financeiras - recursos não vinculados (b)	<u>2.739</u>	<u>7.591</u>
	<u>12.708</u>	<u>21.152</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Recursos para liquidação e garantia de debêntures	<u>30.070</u>	<u>9.128</u>

São formados por CDBs e remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. Embora as aplicações tenham liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 13).

## 6. CLIENTES

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Pedágio eletrônico	26.269	24.309
Cupons de pedágio	4.071	1.135
Outras contas - receitas acessórias	<u>2.638</u>	<u>2.430</u>
	<u>32.978</u>	<u>27.874</u>

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
A vencer	<u>32.978</u>	<u>27.504</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	-	350
De 31 a 90 dias	-	<u>20</u>
	-	<u>370</u>
	<u>32.978</u>	<u>27.874</u>

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$1.905 (R\$1.745 em 31 de dezembro de 2008) é composto por prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 26).

## 8. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	2009		2008	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Construção e projetos/ampliação principal	4,9	839.061	(376.799)	462.262	499.280
Pavimentações e conservação especial	11,1	310.917	(126.265)	184.652	184.750
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5	53.408	(10.276)	43.132	32.957
Hardware e equipamentos de pedágio	21,4	70.544	(57.296)	13.248	11.988
Máquinas e equipamentos	10,1	9.106	(4.404)	4.702	5.628
Móveis e utensílios	10	3.406	(1.783)	1.623	924
Terrenos e edificações	-	4.232	(22)	4.210	3.304
Obras em andamento (*)	-	1.543	-	1.543	11.230
Demais melhorias e ampliações	8	305.277	(77.367)	227.910	200.238
Outros	17,6	<u>5.402</u>	<u>(1.168)</u>	<u>4.234</u>	<u>2.638</u>
		<u>1.602.896</u>	<u>(655.380)</u>	<u>947.516</u>	<u>952.937</u>

(\*) Referem-se a obras de melhoria no sistema rodoviário que estão em fase de execução. A depreciação iniciar-se-á após sua conclusão.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses (nota explicativa nº 1), o prazo de depreciação da obra principal foi revisado com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o exercício de vida útil estimado dos bens.

Conforme o artigo 6º da Lei nº 11.638/07, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia decidiu pelo estorno da reavaliação anteriormente registrada em seu ativo imobilizado (nota explicativa nº 2).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram capitalizados R\$232 de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$3.904 em 31 de dezembro de 2008).

A movimentação do saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2009</u>
Construção e projetos/ampliação principal	839.000	61	-	-	839.061
Pavimentações e conservação especial	278.877	22.649	-	9.391	310.917
Sinalização e dispositivos de segurança	37.254	15.462	-	692	53.408
Hardware e equipamentos de pedágio	66.087	2.597	(59)	1.919	70.544
Máquinas e equipamentos	9.146	11	(52)	1	9.106
Móveis e utensílios	2.521	866	(19)	38	3.406
Terrenos e edificações	3.304	519	-	409	4.232
Obras em andamento	11.230	4.139	(596)	(13.230)	1.543
Demais melhorias e ampliações	254.313	50.068	-	896	305.277
Outros	<u>3.618</u>	<u>1.944</u>	<u>(44)</u>	<u>(116)</u>	<u>5.402</u>
	<u>1.505.350</u>	<u>98.316</u>	<u>(770)</u>	<u>-</u>	<u>1.602.896</u>

Depreciação acumulada:

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2009</u>
Construção e projetos/ampliação principal	(339.720)	(37.079)	-	(376.799)
Pavimentações e conservação especial	(94.128)	(32.137)	-	(126.265)
Sinalização e dispositivos de segurança	(4.297)	(5.979)	-	(10.276)
Hardware e equipamentos de pedágio	(54.100)	(3.247)	51	(57.296)
Máquinas e equipamentos	(3.518)	(913)	27	(4.404)
Móveis e utensílios	(1.597)	(201)	15	(1.783)
Terrenos e edificações	-	(22)	-	(22)
Demais melhorias e ampliações	(54.075)	(23.292)	-	(77.367)
Outros	<u>(978)</u>	<u>(216)</u>	<u>26</u>	<u>(1.168)</u>
	<u>(552.413)</u>	<u>(103.086)</u>	<u>119</u>	<u>(655.380)</u>

## 9. INTANGÍVEL

	Taxa média ponderada anual de amortização - %	2009	2008
		Amortização acumulada	Valor líquido
		<u>Custo</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de outorga da concessão (a)	6,48	44.857	20.933
Software de terceiros (b)	20	<u>2.901</u>	<u>711</u>
		<u>47.758</u>	<u>21.644</u>

A movimentação do saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

### Custo:

	Saldos em 2008	Adições	Saldos em 2009
Direito de outorga da concessão (a)	44.857	-	44.857
Software de terceiros (b)	<u>2.779</u>	<u>122</u>	<u>2.901</u>
	<u>47.636</u>	<u>122</u>	<u>47.758</u>

### Amortização:

	Saldos em 2008	Adições	Saldos em 2009
Direito de outorga da concessão (a)	(23.924)	(2.243)	(26.167)
Software de terceiros (b)	<u>(2.068)</u>	<u>(380)</u>	<u>(2.448)</u>
	<u>(25.992)</u>	<u>(2.623)</u>	<u>(28.615)</u>

- (a) O valor de “Direito de outorga da concessão” está registrado a valor presente, pela taxa de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M, captadas pela Ecovias, para a liquidação de suas dívidas atreladas à concessão. Em 31 de dezembro de 2009, o valor residual do direito de outorga é de R\$18.690.

A amortização do ônus da concessão está sendo realizada linearmente ao resultado pelo prazo inicial da concessão até 2018.

- (b) Os softwares adquiridos de terceiros são amortizados linearmente pelo prazo de cinco anos e registros na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para contingências, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Provisão para contingências	13.399	13.958
Outros	(2.087)	(2.482)
Ajuste a valor presente do direito de outorga, ônus da concessão e capitalização de juros sobre os empréstimos - Lei nº 11.638/07	<u>(13.291)</u>	<u>(16.941)</u>
	(1.979)	(5.465)
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u><u>(673)</u></u>	<u><u>(1.858)</u></u>
Classificados no ativo não circulante	3.846	3.902
Classificados no passivo não circulante	<u>(4.519)</u>	<u>(5.760)</u>
	<u><u>(673)</u></u>	<u><u>(1.858)</u></u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(65.929)	(48.144)
Imposto de renda diferido	<u>872</u>	<u>(1.050)</u>
	<u><u>(65.057)</u></u>	<u><u>(49.194)</u></u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(23.781)	(17.360)
Contribuição social diferida	<u>314</u>	<u>(378)</u>
	<u><u>(23.467)</u></u>	<u><u>(17.738)</u></u>



c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	280.769	215.443
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(95.461)	(73.251)
Juros sobre o capital próprio	7.034	6.440
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(97)</u>	<u>(121)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(88.524)</u>	<u>(66.932)</u>

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.433	3.218
Cofins	1.896	1.706
PIS	411	369
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre juros sobre o capital próprio	258	772
Outros impostos	<u>899</u>	<u>1.124</u>
	<u>6.897</u>	<u>7.189</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Credor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Unibanco (*)	Real	Março de 2010	TJLP + 6% a.a.	105	526
BIC Banco (*)	Real	Setembro de 2012	1,45% a.m.	630	-
Itaú Leasing (*)	Real	Dezembro de 2012	1,34% a.m.	<u>593</u>	<u>-</u>
				1.328	526
Circulante				<u>471</u>	<u>421</u>
Não circulante				<u>857</u>	<u>105</u>

(\*) Refere-se à compra de equipamentos operacionais.

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela controlada indireta Primav. Não há cláusulas que exijam a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010	-	105
2011	423	-
2012	<u>434</u>	<u>-</u>
	<u>857</u>	<u>105</u>

### 13. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Principal corrigido	505.276	511.768
Remuneração (juros)	16.203	17.631
Custos com emissão de debêntures	<u>(5.387)</u>	<u>(6.504)</u>
	<u>516.092</u>	<u>522.895</u>
Circulante	<u>122.894</u>	<u>16.516</u>
Não circulante	<u>393.198</u>	<u>506.379</u>

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries no valor de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e cupom de 9,5% ao ano, pagos anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No exercício de 2009, a Companhia efetuou pagamento de juros referente à primeira, segunda e terceira séries das debêntures, totalizando R\$49.865.

Essa operação teve classificação de risco AA da Standard & Poors.

<u>Descrição</u>	<u>Ecovias</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00

<u>Descrição</u>	<u>Ecovias</u>
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2009	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$11,75 3ª série - R\$ 11,75
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01.05.07 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.08 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.07 a 01.11.14)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01.05.10 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.10 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.10 a 01.11.14)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>2009</u>			<u>2008</u>		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2010	-	-	-	109.105	(1.149)	107.956
2011	107.805	(1.170)	106.635	109.105	(1.149)	107.956
2012	107.805	(1.170)	106.635	109.105	(1.149)	107.956
2013	107.805	(1.170)	106.635	109.105	(1.149)	107.956
2014	<u>74.055</u>	<u>(762)</u>	<u>73.293</u>	<u>75.348</u>	<u>(793)</u>	<u>74.555</u>
	<u>397.470</u>	<u>(4.272)</u>	<u>393.198</u>	<u>511.768</u>	<u>(5.389)</u>	<u>506.379</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2009, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

#### 14. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício, relativos a operações com empresas relacionadas, estão apresentados a seguir:

##### Balanco patrimonial:

<u>Companhia</u>	<u>Ativo circulante</u> Créditos <u>diversos</u>	<u>Ativo não circulante</u> <u>Imobilizado</u>	<u>Passivo circulante</u> Contas <u>a pagar</u>	<u>Passivo não circulante</u> Contas <u>a pagar</u>
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	-	33.005	1.591	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	-	-	3.824	-
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>-</u>	<u>33.005</u>	<u>5.415</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2008	<u>17</u>	<u>92.045</u>	<u>14.417</u>	<u>113</u>

##### Demonstração do resultado:

<u>Companhia</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	1.868	14.900
ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (b)	17.582	-
ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (b)	-	13.904
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>19.450</u>	<u>28.804</u>
Total em 31 de dezembro de 2008	<u>4.979</u>	<u>20.830</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da 3ª faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$151.965.
- (b) Refere-se à prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. Esses serviços eram prestados até 31 de agosto de 2009 pelas empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. Em 1º de setembro de 2009, essas empresas foram incorporadas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia em R\$820. A remuneração paga aos administradores está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e ordenados	478	597
Participação nos resultados e bônus	<u>215</u>	<u>279</u>
	<u>693</u>	<u>876</u>

### 15. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Parcelas fixas	71.392	77.915
Parcelas variáveis	<u>1.889</u>	<u>1.706</u>
	<u>73.281</u>	<u>79.621</u>
Circulante	<u>13.600</u>	<u>13.314</u>
Não circulante	<u>59.681</u>	<u>66.307</u>

O contrato de concessão rodoviária, firmado em 29 de maio de 1998, subdivide-se em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da FGV.

Em 31 de dezembro de 2009, as parcelas liquidadas correspondem a 57,92% (52,92% em 31 de dezembro de 2008).

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros

atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o desconto no valor de R\$5.990, que, somado à atualização monetária negativa do direito de outorga no exercício, no valor de R\$1.736, totalizou o valor líquido de R\$4.254 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica “Resultado financeiro”.

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>2009</u>
2011	10.664
2012	9.739
2013	8.894
2014	8.122
Posteriores a 2015	<u>22.262</u>
	<u>59.681</u>

#### 16. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS para imposto de renda, facultado pela Lei nº 11.941/09. O pedido de parcelamento foi protocolado em 27 de novembro de 2009. O prazo é de 120 meses e os valores, atualizados pela taxa Selic. A Companhia não ofereceu nenhuma garantia para esses parcelamentos.

Os valores incluídos no REFIS, bem como os efeitos dele decorrentes, estão apresentados a seguir:

	<u>2009</u>
Principal	651
Multa e juros	1.526
Total de débitos fiscais incluídos no REFIS	2.177
Redução de 50% da multa e juros	(510)
Ajuste a valor presente	<u>(748)</u>
	<u>919</u>
Circulante	<u>349</u>
Não circulante	<u>570</u>

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com o REFIS considerando uma taxa de desconto de 13,11% ao ano, similar a uma captação de recursos obtida no mês de dezembro de 2009 pela Companhia com taxa de juros de 17,33% ao ano, descontado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, acumulado dos últimos 12 meses, de 4,22%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi revertido ao resultado o valor de R\$763, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

## 17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para contingências foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para contingências é o seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>Saldo em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 2009</u>
Cível (a)	8.140	1.478	(1.670)	698	8.646
Tributária (b)	2.241	204	(2.312)	385	518
Trabalhista (c)	<u>3.577</u>	<u>1.085</u>	<u>(782)</u>	<u>355</u>	<u>4.235</u>
	13.958	2.767	(4.764)	1.438	13.399
Depósitos judiciais (d)	<u>(1.247)</u>	<u>(298)</u>	<u>31</u>	<u>(93)</u>	<u>(1.607)</u>
	<u>12.711</u>	<u>2.469</u>	<u>(4.733)</u>	<u>1.345</u>	<u>11.792</u>

### (a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras contingências de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2009, R\$6.732 (R\$2.489 em 31 de dezembro de 2008), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2009, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$13.560 (R\$10.071 em 31 de dezembro de 2008), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A principal demanda refere-se a processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, tendo sido o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2009, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$6.662 (R\$3.328 em 31 de dezembro de 2008), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital social subscrito é de R\$314.052, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. O capital social integralizado de R\$302.547 estava representado por 262.452.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.



c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da TJLP vigente no exercício, no valor de R\$20.688 (R\$3.103 de IRRF) (R\$18.942 - R\$2.841 de IRRF em 31 de dezembro de 2008), os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$140.598 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, dos quais R\$19.744 se referem ao pagamento de dividendos do exercício de 2008 e R\$120.854 a dividendos intermediários de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de juros sobre o capital próprio a pagar é de R\$1.465.

O montante de dividendos a pagar de R\$41.091 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2009, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária.

O cálculo dos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	192.245
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(9.612)</u>
Base de cálculo dos dividendos	182.633
Proposta da Administração:	
Dividendos intermediários	120.854
Juros sobre o capital próprio	20.688
Dividendos propostos	41.091

e) Reserva de reavaliação

Conforme o artigo 6º da Lei nº 11.638/07, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), a Companhia decidiu pelo estorno da reavaliação anteriormente registrada em seu ativo imobilizado.

## 19. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o valor de R\$26.131 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2009, o valor total compensado foi de R\$168.260 (R\$135.124 em 31 de dezembro de 2008).

## 20. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	277.536	262.440
Pedágio por equipamento eletrônico	250.172	215.324
Vale-pedágio	38.976	41.643
Pedágio em cupons	234	1.245
Outras	<u>991</u>	<u>595</u>
	567.909	521.247
Receitas acessórias (*)	<u>31.352</u>	<u>29.732</u>
Receita bruta	<u>599.261</u>	<u>550.979</u>

(\*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação, concessão de acessos e outros.

## 21. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2009</u>			<u>2008</u>		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	15.118	12.528	27.646	19.210	10.016	29.226
Conservação e manutenção	15.590	192	15.782	15.865	254	16.119
Serviços de terceiros (*)	31.900	28.085	59.985	10.684	31.673	42.357
Seguros	4.518	67	4.585	4.576	-	4.576
Poder Concedente	17.978	-	17.978	16.529	-	16.529
Depreciação/amortização	105.640	69	105.709	87.172	-	87.172
Outros	<u>12.570</u>	<u>5.488</u>	<u>18.058</u>	<u>13.032</u>	<u>8.342</u>	<u>21.374</u>
	<u>203.314</u>	<u>46.429</u>	<u>249.743</u>	<u>167.068</u>	<u>50.285</u>	<u>217.353</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	2.441	5.279
Variação monetária ativa sobre debêntures	6.455	-
Outras	<u>215</u>	<u>-</u>
	<u>9.111</u>	<u>5.279</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(48.504)	(51.038)
Juros sobre financiamentos	(117)	(90)
Juros sobre obrigações fiscais	(1.345)	(1.275)
Variação monetária passiva sobre debêntures	-	(34.005)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.013)	-
Variações sobre financiamentos	(4.254)	(13.498)
Outras	<u>(631)</u>	<u>(3.522)</u>
	<u>(55.864)</u>	<u>(103.428)</u>
Resultado financeiro	<u>(46.753)</u>	<u>(98.149)</u>

## 23. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.050, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas” (R\$967 em 31 de dezembro de 2008).

## 24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2009, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos disponíveis para venda.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 12 e nº 13.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	32.978	32.978
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	32.809	32.809
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	1.328	1.328
Debêntures	516.092	519.129
Credor pela concessão	73.281	73.281

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI, da TJLP e do IGP-M em empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos em reais.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IGP-M e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	24.694	30.701	36.645
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures e empréstimos	Alta do IGP-M	97.223	98.738	100.274
Empréstimos	Alta da TJLP	14	16	17

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	8,55%	10,69%	12,83%
IGP-M (b)	2,90%	3,63%	4,35%
TJLP (c)	1,97%	2,47%	2,96%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009.

(b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses, de acordo com a fonte da Consultoria Tendência.

(c) Refere-se à TJLP em 31 de dezembro de 2009.

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Companhia, através de suas controladas, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009.

## 25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$159 (R\$198 em 31 de dezembro de 2008), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

No intuito de solidificar o plano de benefícios, a Companhia aportou valores retroativos a janeiro de 2006 ou à data de admissão, no caso de admissão em 2006, para aqueles que aderissem ao Plano de Previdência Privada até junho de 2006.

## 26. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2009, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho de 2009 a junho de 2011	2.793
Seguro garantia	Maior de 2009 a maior de 2010	216.470
Responsabilidade civil	Maior de 2009 a maior de 2010	578.510
Riscos operacionais/engenharia	Maior de 2009 a maior de 2010	1.898.203
Equipamentos	Maior de 2009 a maior de 2010	2.024

## 27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstrados na movimentação dos fluxos de caixa.

Não há itens que não afetaram o caixa.

## 28. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

### Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 37 (\*) novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado

CPC	Título
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

(\*) Total de novos pronunciamentos técnicos emitidos até 31 de dezembro de 2009.

A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, uma vez que a forma de registro das concessões será substancialmente alterada pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Com relação à revisão da vida útil-econômica dos bens, a Administração efetuou uma análise preliminar e redefiniu as taxas que serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2010, como segue:

	Vida útil atual (taxa média) (a)	Vida útil-econômica (taxa média anual) (b)
<b>IMOBILIZADO</b>		
Construção e projetos/ampliação principal	4,9%	6,6%
Pavimentações e conservação especial	11,1%	6,6%
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5%	6,6%
Hardware e equipamentos de pedágio	20%	20%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Demais melhorias e ampliações	8%	6,6%
<b>INTANGÍVEL</b>		
Direito de outorga da concessão	5%	6,6%
Software de terceiros	20%	20%

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que será utilizada para o exercício de 2010 com base em estudos internos da Administração.





## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, como também com a opinião.

Declaramos ainda que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

**Federico Botto**

Diretor Presidente

**Humberto de Souza Gomes**

Diretor Superintendente e de Relações com Investidores